

## A ESCOLA NORMAL E A FORMAÇÃO DA ELITE INTELECTUAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS (1911 – 1930)<sup>1</sup>

**Belissa do Pinho Jambersi<sup>2</sup>**  
**Universidade Estadual Paulista**  
luarada@yahoo.com.br

**Alessandra Arce**  
**Universidade Federal de São Carlos**  
alessandra.arce@uol.com.br<sup>3</sup>

### RESUMO:

Este artigo objetiva apresentar o papel social que a Escola Dr. Álvaro Guião teve na educação da sociedade São-Carlense em seus primeiros tempos, e vice e versa. Para tanto subdividimos este trabalho em duas partes: inicialmente, apresentamos a história do Município de São – Carlos, procurando dissertar sobre a importância da elite cafeeira para o progresso são-carlense. No segundo momento abordar-se-á a contextualização histórica da Primeira República, no que se refere à expansão da Instrução Pública. Em seguida procurar-se-á relacionar como que este movimento histórico geral acompanhou o aspecto da Instrução Pública no Município, enfatizando a importância cultural da Antiga Escola Normal de São Carlos, para o desenvolvimento artístico e intelectual da cidade.

**Palavras-Chave:** Escola Normal, República Velha, Álvaro Guião, São Carlos, Formação de Professores

### TEACHER'S EDUCATION AND THE FORMATION OF SCHOLARS IN SÃO CARLOS CITY (1911 – 1930)

### ABSTRACT:

The aim of this article is to present the social role of the school Dr. Álvaro Guião in São Carlos City during the Republican times. In order to do that this article is divided in two parts: firstly the history of the City is presented; Secondly the History of Education in the City and the History of the School Dr. Alvaro Guião. As a result it is pointed out the importance of the creation of the school not just for the City but also for Brazilian education.

**Keywords:** Republic, Teacher Education, Álvaro Guião, Teacher Education, São Carlos

O presente artigo é fruto de projeto<sup>4</sup> de pesquisa que possui como objetivo analisar por meio do acervo documental e bibliográfico, da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião, produzido de 1911 a 1930 (localizada na cidade de São Carlos em São Paulo), como os ideais republicanos e humanistas, expressos em uma educação de cunho tradicional, traduziam-se na formação das normalistas.

Entendemos que ao estudarmos a Instituição Escolar “Dr. Álvaro Guião”, à compreendemos como a síntese das múltiplas determinações sociais de sua época histórica, o que nos possibilita apreender em movimento as práticas, bem como os ideais e as idéias que permearam suas salas de aula, pátios, escadarias, secretarias, e seu impacto na sociedade. Por isso o resgate da história do município de São Carlos inserida na história

brasileira é imprescindível, procuramos apreender o micro dentro das demandas do macro e vice e versa. A Instituição, então, desvela-se como um lócus privilegiado para olhar a sociedade e suas práticas sociais, desnudando-se como unidade de ação a revelar os objetivos e finalidades perseguidos pelos homens que a construíram. Portanto, esse trabalho procura realizar o que Vainfas (2002, p.150) chamou de alternância de escalas na pesquisa em história, ou seja, “uma passagem do olhar macrossocial para a observação microanalítica como procedimento metodológico, sem prejuízo da primeira.” Apresenta-se, assim, o que esta a sombra “(...) À sombra do panteão das histórias nacionais ou oficiais. À sombra das mitologias, ideologias e religiões.” (Vainfas 2002, p.142).

Procuramos tomar como diretrizes teóricas gerais para a realização desse trabalho às apresentadas por Buffa (2007, p.155): “considerar a relação entre escola e sociedade, a relação entre o geral e o particular e escrever uma história não apenas narrativa, mas também interpretativa.” Assim procedendo acreditamos caminhar na direção de repelirmos as constatações apresentadas por Buffa (2007, p.155) a respeito de pesquisas sobre a história de Instituições Escolares:

Constatamos que esse tipo de pesquisa apresenta sérios perigos metodológicos, pois o envolvimento do estudioso com um objeto de pesquisa tão sedutor é fácil. Difícil é produzir um resultado final crítico e proveitoso. Frequentemente, o pesquisador resvala em reducionismos teóricos tais como particularismos, culturalismo ornamental, saudosismo, personalismo, descrição laudatória ou apologética da instituição escolar. De fato, estudos e pesquisas que retratam aspectos singulares da instituição escolar, em tempos passados, são fascinantes. Todos gostam de ver enaltecidos os fundadores de uma escola significativa para a própria cidade. Todos gostam de ver, consagrados em livros, nomes e fotografias de seus antepassados. No entanto, por mais sedutoras que sejam essas pesquisas, não se pode aceitar que a descrição pormenorizada de uma dada instituição escolar deixe de levar o leitor à compreensão da totalidade histórica. Essa é exatamente a dificuldade maior: conseguir evidenciar, de forma adequada, o movimento real da sociedade. (BUFFA 2007, p. 155)

Atentos a esse perigo e as dificuldades que dele decorrem partimos do pressuposto, concordando com Saviani (2007, p. 05), de que as Instituições são criadas para a satisfação de necessidades humanas. Necessidades, essas, sempre em mudança, constantemente manifestando-se em suas criações. Este ponto de partida define as Instituições como sociais, e capazes de revelarem o conjunto de relações travadas pelos atores sociais que as criaram, modificaram e as mantém. Consequentemente, o historiador não pode contentar-se com visões particularizadas, fragmentadas e superficiais do cotidiano, ele deve sempre inserir-se no contexto mais amplo onde o micro e o macro se entrelaçam. “O cotidiano só tem valor histórico e científico no seio de uma análise dos sistemas históricos, que contribuem para explicar o seu funcionamento.” (Le Goff 1994, p.93). Portanto, buscamos nesse texto avançar na “construção de identidade histórica” (Noronha 2007, p.167) da instituição que esta sendo investigada, ou seja, apreende-la, compreende-la inserida na história da sociedade são-carlense e brasileira, ao mesmo tempo em que na história da educação brasileira.

Este artigo objetiva, portanto, apresentar o papel social que a Escola Dr. Álvaro Guião teve na educação da sociedade São-Carlense em seus primeiros tempos, e vice e versa. Para tanto subdividimos este trabalho em duas partes: inicialmente, apresentamos a

história do Município de São – Carlos, procurando dissertar sobre a importância da elite cafeeira para o progresso são-carlense. No segundo momento abordar-se-á uma contextualização histórica da Primeira República, no que se refere à expansão da Instrução Pública e em seguida procurar-se-á relacionar como que este movimento histórico geral acompanhou o aspecto da Instrução Pública no Município, enfatizando a importância cultural da Antiga Escola Normal de São Carlos, para o desenvolvimento artístico e intelectual da cidade.

## 1- O SURGIMENTO DA CIDADE DE SÃO CARLOS

O presente item procura realizar um breve resgate Histórico do Município de São Carlos, apontando desde os elementos mais simples de sua fundação, chegando até sua complexa organização administrativa e jurídica, objetiva-se ilustrar e desvelar o papel que a elite local teve para o progresso do Município.

No trabalho de tecer os fios e, seguir os rastros deixados em documentos para a (re)construção do processo de formação da cidade: seus primeiros habitantes, a formação dos partidos políticos, porcentagem da população, principal fonte de renda, entre outros elementos históricos, buscamos na leitura das seguintes obras a condução para a montagem do cenário de fundo da criação da Escola Normal: **Almanach Álbum São Carlos na esteira do tempo 1884 – 1934**. Organizador: Ary Pinto das Neves. (1957) Edição Comemorativa dos 150 anos da cidade de São Carlos; **Almanach Anuário de São Carlos -1905**; **Almanach Anuário São Carlos -1915**. Organizador Sebastião Camargo. São Carlos, TYP, Joaquim Augusto; **Almanach Álbum de São Carlos 1916 – 1917**, São Carlos, Tipografia Artística; **Almanach Anuário São Carlos -1928**. Organizador José Ferraz de Camargo, São Carlos.

Este item é dividido em dois subitens: *1.1 Os primeiros tempos* caracteriza historicamente a fundação da cidade de São Carlos, fazendo uma ampla explanação desde os primeiros habitantes, que foram os índios guaianases até chegar à família Arruda Botelho, um dos nomes de grande importância histórica para o município. Já o item *1.2 A chegada da Ferrovia*, disserta sobre o café, principal produto de exportação da cidade e procura mostrar o progresso econômico da mesma após a implantação da ferrovia. A chegada da ferrovia pode ser considerada como o ápice do progresso são – carlense no período estudado, levando ao fortalecimento da elite local. Ainda neste item, encontra-se como que o crash da bolsa de Nova York, em 1929, afetou a economia do Município levando ao enfraquecimento político e econômico das elites dirigente.

### *1.1. Os primeiros tempos ...*

Historicamente os primeiros habitantes da cidade de São Carlos foram os índios guaianases que habitavam as nascentes terras do município, nas quais eram integrados também aos sertões de Araraquara. Posteriormente por determinação do capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, o sargento-mor em exercício, Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, abriu nestas terras em 1721 uma estrada que permitia o acesso às minas de ouro que se encontrava em Cuiabá, facilitando a ida e vinda a cavalo dos tropeiros que para lá demandavam, bem como atraiu a vinda de audaciosos posseiros que munidos de seus próprios interesses “rompia a virgindade dos ermos na ânsia de abrir rumos novos em suas vidas, logo substituídos pelos sesmeiros, que escudados na justiça de

El Rei, expulsavam os primeiros povoadores ou compravam-lhes os discutíveis direitos NEVES (1957)”.

A estrada segundo NEVES (1957) ficou conhecida como “picadão de Cuiabá”. Saía de Piracicaba atravessava os campos do córrego do Feijão, rompia a mata densa do Pinhal<sup>5</sup> passava pelos extensos cerrados dos Campos de Araraquara, e finalmente atingia a margem direita do Tietê na altura de Potunduva. Gradativamente o fluxo gerado pela estrada contribui para os primeiros indícios de povoamento do município<sup>6</sup>.

Desta forma se estruturaram juridicamente na cidade três áreas de sesmarias: a mais antiga: Sesmaria do Pinhal, datada em 1781 sendo demarcada somente em 1831 por Carlos José de Arruda Botelho, vulgarmente conhecido como “*velho Botelhão*”; A sesmaria do Monjolinho, originada de posse irregular sendo regularizada por carta de doação em 1810, concedida a Felipe de Campos Bicudo e por último a Sesmaria do Quilombo, também surgida de posse irregular e a requerimento do posseiro vigário de Piracicaba, padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel é regularizada esta Sesmaria em 1812.

A cidade de São Carlos passa a ter uma existência legal, em meados do Império com o primeiro ato jurídico determinado pela provisão episcopal, datando de 4 de fevereiro de 1857, do bispo de São Paulo, D. Antonio Joaquim de Mello, autorizando a construção da capela. Ratificada pela provisão de 5 de outubro. Vale destacar que a política imperial era regida pelo Padroado, ou seja, a estreita união entre a Igreja e o Estado, permitindo a esta, a livre interferência nos assuntos políticos e econômicos, como ressalta NEVES (1957): “São Carlos, como quase todas as cidades surgidas no período colonial e no Império, nasceu em torno de uma capela” (NEVES, 1957, p. 01).

Nos anais da história (ibidem, p.07) tem-se registrado que esta capela foi o primeiro edifício público da cidade e foi nomeada como: *Capela do Senhor São Carlos*. O nome é uma homenagem que os descendentes da família Arruda Botelho, fizeram ao *velho Botelhão*, falecido em 25 de novembro de 1854. O *velho Botelhão* não viu o seu desejo de fundar uma cidade com o nome de seu santo de devoção: São Carlos Borromeu concretizado. Contudo, lentamente foi se formando um arraial são-carlense em torno da capela, em sua maioria parentes e herdeiros da família Botelho Arruda<sup>7</sup>. Somente oito anos após a construção e inauguração da Capela é que São Carlos assistiu a sua emancipação política sendo elevada a categoria de vila em 1865. Outro fato político que também veio a ocorrer foi a eleição da Câmara de vereadores, empossada em 18 de março de 1865, referendada pelo presidente conselheiro João Chrispiniano Soares.

A economia cafeeira trazida por Carlos José Arruda Botelho, em 1838 trouxe para cidade de São Carlos, o rápido crescimento urbano. Não por acaso que os fazendeiros desejassem ter as plantações cafeeiras mais próximas de suas fazendas já que o café estava intimamente relacionado com o processo de povoamento e com a urbanização. Vale destacar que este núcleo urbano procedente do café, desempenhou concomitantemente três funções que se inter-relacionaram e que no tempo cabiam as vilas: centro religioso - era comum da época que toda fazenda tivesse um templo religioso que atraísse fieis; centro político e econômico – estes gerados pela própria produtividade da economia cafeeira (a mão de obra barata, trabalhadores braçais somadas com a economia alavancada extraída deste serviço).

No período entre 1831 a 1857 são formadas as primeiras fazendas de café em São Carlos, marcando, assim, o início da atividade econômica de maior expressão no passado histórico da atual cidade.

Os anais da história (Almanach Álbum – São Carlos na esteira do tempo 1884 – 1930) revelam por meio de relatos de viagem que São Carlos era uma cidade que desde

finais de 1800, ou seja, antes mesmo da chegada da ferrovia, se diferenciava das outras cidades vizinhas pelo seu porte físico e econômico. O documento em questão faz referência aos relatos de viagem do ilustre viajante *Alfred d'Escragolle Tauny*, cujas suas notas no seu livro “Visões do Sertão”, expressam o diferencial de São Carlos em relação a outras cidades. Os escritos de Tauny introduzindo-a traziam a pequena vila, por meio da literatura, ao conhecimento nacional. Os divertimentos e lazer dos primeiros moradores de São Carlos eram restritos as festas religiosas e raras vezes as festas cívicas, principalmente a época de eleições, cujas divergências políticas entre o governo local, geravam melindres e, muitas vezes as provocações entre os mesmos proporcionavam divertimento ao povo. “*Em São Carlos, por influência da família Botelho, predominavam os liberais (luzias); o que não obstava que os conservadores (saquaremas) disputassem aguerridamente a posse dos cargos e que chegassem a vencer em refregas ocasionais (NEVES, 1957, p. 09)*”.

Por volta de 1862, chega à vila são-carlense: o teatro de amadores. E gradativamente a pequena vila, localizada no altiplano da colina central transformava-se com eventos culturais enquanto aguardava a elevação à cidade, e ao mesmo tempo já se travestia com os ares que viria a ter no início do século XX.

### 1.2 A chegada da ferrovia...

Um dos mais importantes marcos na história do município é a elevação de São Carlos a categoria de cidade em 1880. No campo administrativo cessa a dependência judiciária em relação a Rio Claro, com a criação da comarca, cujos juízes de direito deveriam ser nomeados pelo presidente da Província, chefe de poder executivo, escolhidos entre bacharéis em direito.

No âmbito nacional, iniciava-se uma fase de euforia na província, principalmente para os grandes cafeicultores, pois a ferrovia “*abriria o caminho para o progresso e para o desenvolvimento(...). logo o sopro de progresso que se fazia sentir em toda a província aviventava também as terras do altiplano central. (NEVES, 1957, p. 17).*”

A introdução da ferrovia alterou a política econômica dos grandes proprietários rurais, estes teriam de se adaptar as exigências do progresso oriundo da Revolução Industrial (operado no Brasil), o que equivale dizer adaptar-se não só as exigências de rapidez e eficiência para a distribuição dos produtos aos portos exportadores, mas também as tecnologias que surgiam, e ao ritmo intenso das mudanças que o período demandava: “*A idéia mais à mão era a abertura de novas lavouras, mesmo porque a mão de obra servil era pesadamente onerosa e obrigava a constantes cuidados para não mantê-la ociosa. Outro problema crucial era o da modernização presteza do sistema de transportes , visto que, cada vez mais as lavouras se apertavam sertão a dentro (...) a exigir terras novas e virgens. (NEVES op cit).*” Esta Era do progresso que tomou conta da província instigava o desejo das cidades interioranas a aderirem as tão desejadas tecnologias.

Devido à localização altaneira, São Carlos corria o risco de ficar a margem do progresso. Entretanto, à perseverança do falecido coronel Antonio Carlos de Arruda Botelho “velho Botelhão”, que em sabendo das dificuldades físicas e geográficas da cidade para se ter uma ferrovia, jamais abdicou de lutar por uma estrada férrea. O Governo Imperial, no dia 4 de outubro do ano de 1800, autorizou a instalação da companhia de estrada de ferro que ligaria São Carlos ao terminal da via férrea, atingindo Rio Claro, e estendendo os trilhos até Araraquara e Jaboticabal, atendendo as regiões de Brotas, Dois Córregos e Jaú.

Assim, quatro anos mais tarde iniciou-se a construção de uma estrada férrea sob a coordenação do Engenheiro recém formado pelos Estados Unidos, Antonio Francisco de Paula Souza, e no dia 15 de outubro de 1884, São Carlos assistiu a um triunfante acontecimento histórico, a chegada da ferrovia. A introdução da estrada férrea em São Carlos, trouxe efêmeras transformações socioeconômicas para a cidade. Os fazendeiros nutridos do desejo de moderniza – lá, migram para o perímetro urbano e passam a investir cada vez mais em exuberantes arquiteturas no esforço de elevar a pequena vila da colina às condições de metrópole. Logo a demonstração de poder e o grau de prestígio eram demarcados por meio das residências nas cidades.

Com o advento da República esta concorrência passa a ser mais acirrada com a propaganda política do governo local<sup>8</sup>, incentivando o investimento no luxo arquitetônico.

Gradativamente toda esta modernização decorrente da estrada férrea, contribuiu para o progresso de São Carlos. Ademais a ferrovia proporcionou um sistema suficiente para escoar a produção até o porto de Santos impulsionando o desenvolvimento econômico da região são-carlense.

Segundo o Álbum Comemorativo do Centenário da Ferrovia<sup>9</sup> (1884 – 1984) a população são-carlense em 1881<sup>10</sup> era de 1.500 habitantes, já em 1898 a população aumenta para 8.000, em 1898 o número cresce para 10.000 habitantes. No Almanaque de 1915 a população é avaliada em 13.000 habitantes, já no Almanaque-Álbum de 1916, o número alavanca para 15.000 habitantes.

O crescente aumento da população, aponta para a chegada do progresso à São Carlos, cujo modelo de cidade era “*São Paulo, e servia de paradigma e incentivo para todas as cidades interioranas (NEVES, 1957, p.31).*”, Conseqüentemente as modestas casas de taipa e barro que caracterizavam as habitações da cidade, enquanto vila, desaparecem cedendo lugar, a construções mais elaboradas, inspiradas nas presentes na cidade de São Paulo. Assim, a cidade assistia aos avanços e progressos oriundos do seu produto ímpar de exportação: o café.

Cabe, contudo, refletir como que o progresso socioeconômico do Município são-carlense, alcançado pela elite cafeeira, refletiu no campo educacional. Indubitavelmente esperava-se que uma cidade do porte de São Carlos, possui-se escolas, em cuja estrutura curricular, estivesse presente uma cultura humanística capaz de proporcionar o enriquecimento cultural do aluno. Mas será que isto de fato ocorria, ou seja, o grande impulso econômico foi seguindo de semelhante movimento no campo educacional? No próximo item procuramos lançar algumas luzes sobre esta questão.

## 2 - A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E A CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL – O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DR. ÁLVARO GUIÃO

Neste item procuramos responder a questão deixada acima, ao mesmo tempo delinearemos, ao falarmos do município de São Carlos, os contornos do movimento nacional do período em relação a educação, na tentativa de apreender o micro dentro das demandas do macro.

O primeiro subitem “*A questão do ensino e o interesse político na Educação durante a Primeira República*” aborda a Reforma Geral da Instrução Pública promulgada em 1892, a fim de identificar os interesses políticos na disseminação dos Grupos Escolares e qual a ligação intrínseca destes com as Escolas Normais, apoiando-se na obra de NAGLE (1974); REIS FILHO (1995); SAVIANI (2007); e sobretudo SOUZA (1998), já que esta

apresenta um rico estudo a cerca da implantação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo.

E por fim o segundo subitem “*A Educação no Município de São Carlos no âmbito da Reforma Geral da Instrução Pública, na primeira República brasileira*” procura dissertar, baseando-se no contexto histórico descrito nos itens anteriores, a respeito do processo de criação dos Grupos Escolares até a implantação da Escola Normal Secundária, na cidade de São Carlos. Ressalta-se o significado deste ato para o prestígio cultural do Município. Para tanto, utilizamos todas as referências bibliográficas já estudadas inclusive os Almanques, uma vez que eles apresentam dados preciosos sobre a quantidade de alunos que estavam à margem do acesso escolar em São Carlos, revelando que não diferente do que acontecia no Estado de São Paulo, a educação era um privilégio da elite oligárquica.

### *2.1 A questão do ensino e o interesse político na Educação durante a Primeira República*

Com o advento da República em 15 de novembro de 1889, as preocupações relativas à uniformidade do sistema educacional brasileiro ganham notoriedade. Reforçam-se os movimentos de expansão do Ensino Primário, com o objetivo de buscar a concretização de um sistema nacional de Educação, subjacente a esta defesa encontram-se os interesses políticos de erradicar o analfabetismo para se atingir o tão sonhado e desejado progresso.

O país neste período estava mergulhado em um clima de efervescência da ideologia liberal, disseminando, assim, uma nova mentalidade cultural, que ansiava por políticas educacionais de atendimento a massa. Durante seus primeiros decênios a República brasileira vestirá a camisa da defesa da educação para todos. Cristalizava-se e desvelava-se, portanto, o projeto civilizador da República, trazendo a imagem da necessidade de um Brasil alfabetizado como forma de incluir os pobres no sistema de eleições diretas, dando-lhes o direito a participação política.

Aspira-se, assim, por parte dos educadores brasileiros a realização de uma ampla Reforma da Instrução Pública, cujo objetivo era reorganizar o ensino, associando-o ao projeto ambicioso dos políticos republicanos de controle e estabelecimento da ordem social. Todo este movimento expressava-se na síntese contida na imagem veiculada do ideal de formação do cidadão republicano.

O objetivo de formar o cidadão republicano expressou-se, bem como seu ideal, na Reforma Caetano de Campos em 1889, regulamentada pelo decreto nº. 27 de 12 de março. Esta reforma levou a uma ampla alteração nas Escolas Normais, desencadeando seqüencialmente, a criação dos grupos escolares. Formação de professores e a expansão do ensino primário se tornam duas facetas correlacionadas das políticas educacionais do período. A escola pública institui-se como ferramenta fundamental para “o novo regime e para a reforma da sociedade brasileira” (ibidem, p.30).

Segundo Rangel Pestana<sup>11</sup>, “a instrução pública bem dirigida é o meio mais forte e eficaz do elemento do progresso e que ao governo incumbe o rigoroso dever de promover o seu desenvolvimento” (REIS FILHO, 1995, p49), ou seja, reconhecido e enaltecido o papel da escola como fomentadora do progresso, caberia ao Governo assegurar este seu papel.

A Reforma da Escola Normal gerou também uma renovação nos métodos de ensino da escola primária. Pois, julgava-se à época que estes se encontravam desatualizados, a “Reforma dos métodos e reforma do mestre: eis, em uma expressão completa, a reforma escolar inteira; eis o progresso, e ao mesmo tempo, toda a dificuldade

contra a mais endurecida de todas as rotinas - a rotina escolar.” (BARBOSA, R, 1947, p. 33 op cit ROSA, 1998, p. 40). Assim desvela-se um pouco mais a relação intrínseca existente entre a formação dos professores e a propagação dos Grupos Escolares.

Como resultado desta Reforma a Escola Normal foi alçada a patamares altíssimos, jamais iguais em sua história, de detentora potencial da cultura brasileira e responsável por sua propagação. A Escola Normal se dedicou à formação dos normalistas, fundamentando-a no caráter humanístico, por meio da instrução centrada no método intuitivo de ensino. Ao lado de uma formação enciclopédica os normalistas, tinham também, aulas práticas referentes a procedimentos metodológicos de ensino. Estas ocorriam nas chamadas Escolas - Modelos<sup>12</sup> Anexas às Escolas Normais, que funcionavam como uma Instituição incubadora de novas metodologias e de teste das já existentes, enfim uma escola laboratório. Entretanto sua criação não reflete uma marca exclusiva da República, a Escola – Modelo existiu desde o período imperial em 1876. O diferencial da republicana para a imperial reside no fato de que agora ela tornou-se modelo de fato, ela “representaria o paradigma a ser seguido pelas demais escolas públicas do Estado” (ibidem, p.40).

Estas Escolas Modelos não possuíam apenas sua importância por serem propagadoras de metodologias renovadas, mas também, segundo REIS FILHO (1995, p.80) apresentavam à época um modelo organizacional de estrutura gestora para a educação em contraste com os modelos assistemáticos de educação até então presentes na oferta da educação primária. Estas ocorriam ainda no modelo de aulas isoladas realizadas na casa dos próprios mestres não contando com os recursos financeiros apropriados, ao passo que as Escolas – Modelos “ (...)munidas do material necessário para a prática do ensino intuitivo causava excelente impressão (...)”, (ibidem, ibidem, grifo meu).

Gostaríamos de ressaltar ainda, que a inspiração para a renovação do ensino e a concepção de escola graduada, que mais tarde se revelaria na criação dos Grupos Escolares, advém da implantação e implementação das Escolas – Modelos, centros de propagação do método intuitivo de ensino. A base teórica para toda a reorganização metodológica do ensino primário está, sobretudo, na obra “*Lição de Coisas*” de Norman Alison Clakins, o qual propunha a racionalização das atividades pedagógicas

O método intuitivo<sup>13</sup> visa uma educação a partir dos sentidos: “valorizando a intuição como fundamento de todo o conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação” (ibidem, p.159). Conseqüentemente o conhecimento deveria partir de partes menores para as maiores, e neste intervalo entre as menores e maiores decorria o desenvolvimento da idéia e não da palavra por si só, derivaria do simples para o composto. Segundo SOUZA (1998) este método de ensino parte do concreto para o abstrato, cuja “prática do ensino concreto seria realizada pelas *lições de coisas* – forma pela qual foi vulgarizado” (ibidem, p. 159). Cabe, entretanto, ressaltar que este tipo de ensino traduz-se em uma das vertentes da corrente tradicional, não estando, portanto, relacionado ao movimento das escolas novas. Esta metodologia de trabalho preconiza a Ciência enquanto conteúdo da Educação cujos “princípios instalaram-se definitivamente no coração da escola graduada de ensino primário” (ibidem, p. 162) no Brasil. Ou seja, a renovação realizada no ensino esta época é caracterizada por uma mudança dentro da própria corrente pedagógica chamada de tradicional.

Se por um lado do ponto de vista pedagógico as escolas anexas trouxeram e inspiraram alterações no cotidiano escolar. Por outro lado, em termos de estrutura organizacional o caminho foi o de se buscar implantar a mesma estrutura das Escolas graduadas, disseminadas na Europa, as quais pressupunham uma organização escolar

classificada por séries correspondentes às idades das crianças, permitindo aos professores a adoção do ensino simultâneo. No Brasil este modelo de estrutura organizacional foi implantado, inicialmente, no Estado de São Paulo em 1890, tendo sua expansão mais ampla, nas duas primeiras décadas da República.

No que diz respeito à estrutura administrativa do Ensino primário, a Reforma Geral da Instrução Pública, promulgada em 1892 apresentou um minucioso plano de mudanças no ensino público estabelecendo as diretrizes gerais da Instrução Pública, que entraram em vigor da seguinte forma:

O ensino primário passou a compreender dois cursos: o preliminar e o complementar. O curso preliminar, obrigatório para crianças de 7 a 12 anos, deveria ser ministrados em escolas preliminares regidas por professores normalistas, escolas intermédias – regidas por professores habilitados, de acordo com o regulamento de 1869 e 1887, e em escolas provisórias, regidas por professores interinos examinados perante o inspetor do distrito. (SOUZA 1998, p. 43)

A denominação Grupo Escolar correspondeu ao Decreto nº.248 de 26.7.1894<sup>14</sup>, que permitiu o agrupamento de escolas isoladas (de 4 a 10), em um só prédio, onde houvesse mais de uma escola no raio de obrigatoriedade escolar. A disposição dos alunos seria conforme o modelo de uma escola graduada: distribuídos, por sexo em quatro classes, correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar, e por determinação legal deveriam adotar os mesmos procedimentos metodológicos utilizados pelas Escolas – Modelos, ou seja, o método intuitivo<sup>15</sup>.

A letra da lei acabou por marcar legalmente a diferença educativa que já se fazia presente no cotidiano escolar entre os Grupos Escolares e as Escolas Isoladas. O primeiro recebia recursos financeiros<sup>16</sup>, ao contrário do segundo que refletia o descaso do Governo em relação à Instrução Pública. A própria localização dos prédios trazia implícita a diferença: os Grupos Escolares situavam-se em locais privilegiados tanto em relação ao acesso como também a proximidade com zonas de extremo desenvolvimento; as escolas isoladas por sua vez encontravam-se alienadas, marginalizadas, distantes do centro de desenvolvimento econômico da cidade. Como resultado desta diferenciação pode-se citar a questão da escolha e contratação dos professores: para os grupos escolares exigia-se para a admissão de professores a formação pautada em vasto conteúdo de caráter enciclopédico, bem como preparação e conhecimento do método intuitivo, formação esta que só era encontrada nas escolas normais (destinadas as filhas da elite brasileira); já para as escolas isoladas aceitava-se para a contratação professores formados pelas Escolas Complementares, que em termos qualitativos não complementava uma formação tão rigorosa quanto a ministrada nas Escolas Normais e Escolas Modelos Anexas as Escolas Normais.

Contudo a diferença educacional presente entre estes dois modelos de Instituição Escolar, nos revela a incoerência do discurso liberal para com a educação popular. Ao mesmo tempo em que se pregava e se defendia o acesso da população à escola, ofertava-se a esta mesma população uma escola de caráter simplificado e aligeirado. Além do que mesmo existindo estas duas formas de atendimento educacional ambas não eram suficientes para abrigar toda a clientela da época. Ou seja, muitas crianças e jovens pertencentes a classes desfavorecidas economicamente encontravam-se em situação de marginalização seja pelo não acesso, como pelo acesso a uma escola diferenciada.

Segundo SOUZA (1998), os Grupos Escolares estabeleciam como critério de matrícula, a prioridade aos alunos oriundos de classe alta e média e a crianças estrangeiras; “tendo em vista os 92 grupos escolares existentes no Estado de São Paulo no ano de 1909, temos os seguintes dados: dos 41.275 alunos matriculados, 25.157 eram filhos de pais brasileiros correspondendo a 60,94% e 20.046 alunos matriculados eram filhos de pais estrangeiro, isto, cerca de 39,06% (ROSA, 1998, p110).

Logo os imigrantes e os ricos passavam a ser valorizados enquanto tipo ideal de cidadãos aptos a atender ao projeto civilizador de ordem e progresso.

Desta forma havia a incoerência na expansão popular de ensino, concretizada por meio:

A dualidade de escolas de formação e o confronto entre a Escola Normal e as escolas Complementares põem de manifesto a adoção de uma política educacional paradoxal – a convivência de instituições de excelência com instituições precárias, a diversidade de escolas e o atendimento seletivo, quando o pressuposto básico era a difusão da educação popular. (ROSA, 1998, p.69).

Não por acaso que a Escola Primária expressa sob a égide de Grupos Escolares na primeira república; se configurou como um tipo de escola **para** a República e **da** República, em um contexto em que estava em voga o reducionismo do discurso liberal - conservador da sociedade brasileira, o qual afirmava que o progresso só seria alcançado com a Educação de caráter popular pois a “concepção liberal dos republicanos paulistas deposita a crença no poder redentor da educação e pressupunha a confiança como elemento (con)formador dos indivíduos” (SOUZA, 1998,p.26, grifo meu). O progresso não depende somente da Educação, ele está correlacionado a fatores de ordem política e econômica.

É indissociável, portanto neste momento da História, o aspecto aproximativo no que diz respeito ao caráter intelectual e cultural que existe entre a Escola Normal e Instituição dos Grupos Escolares, já que ambas contribuíram para a formação intelectual da classe dirigente do país representando um símbolo de prestígio e hierarquia social assegurados nos interesses dos liberais republicanos paulistas.

## *2.2. A Educação no Município de São Carlos no âmbito da Reforma Geral da Instrução Pública, na primeira República brasileira.*

A fase da primeira República é caracterizada pelo “otimismo pedagógico e pelo o entusiasmo pela educação NAGLE (1929)”, os quais estiveram presentes no projeto civilizador de ordem e progresso, que se intensificaram sobretudo, na década de vinte, embora estes ideais estivessem disseminados desde o início da proclamação da República.

A Reforma Geral da Instrução do Ensino, promulgada em 1892, expressa os interesses políticos que estão subjacentes à expansão do ensino primário. Neste sentido torna-se relevante na natureza deste trabalho dissertar como que esta reforma repercutiu na instrução pública do município de São Carlos.

No Império desde o ato adicional de 1834, vigorava o princípio da descentralização do ensino, que delegava a cada província o direito de regulamentar, legislar e promover tanto a educação primária quanto a secundária. Este princípio provocou uma superposição entre os poderes local e provincial, na medida em que o primeiro determinava e administrava a educação no município e o ensino superior por todo o Império, já o segundo regulamentava a educação primária e secundária nos próprios territórios.

Esta descentralização do ensino não cessou no período republicano. Ao contrário acentuou-se ainda mais, e a municipalização torna-se mais evidente, principalmente com a Reforma Geral da Instrução Pública promulgada em 1892, pelo presidente do Estado Dr.º Bernardino de Campos, cuja Câmara Municipal passa a legislar e fiscalizar o funcionamento das escolas primárias, expressas na denominação de Grupos Escolares, como estratégia política de assegurar a expansão do ensino público, justificada nos interesses da elite oligárquica.

No Congresso Estadual Bernardino de Campos, proferiu um discurso sobre quais seriam as propostas contidas nesta Reforma que em suas palavras “seria necessário que as câmaras municipais se dedicassem com zelo e vivo interesse pela causa da instrução, no sentido de maior freqüência e boa fiscalização nas escolas, cuja localização precisava ser bem estudada e ninguém melhor para isso do que as municipalidades”. (E. Egas op cit Neves, 1957, p. 85, grifo meu).

Não por acaso, que proliferaram-se, nas províncias o discurso de que a Educação Pública deveria ser mantida pelas Câmaras Municipais, quer isto dizer que ao passo que o Município acolhia para si, toda a responsabilidade em prover o ensino primário e secundário, o Estado isentava-se nas suas responsabilidades com a Instrução Pública.

Na história do município de São Carlos, tem-se registrado a existência do primeiro Grupo Escolar: Coronel Paulino Carlos, fundado em 2 de dezembro de 1900, e entrado em vigor no ano 1904, no qual a Câmara Municipal cede a face leste da Praça Coronel Salles, para a construção do edifício, tendo feito, ao todo um apoio financeiro de dezessete conto de réis, entretanto que era de responsabilidade do Estado. Data esta também que se faz a estimativa de quinze escolas isoladas na cidade, mantidas pelo poder público, estadual e municipal, e mais duas em cada um dos distritos de Ibaté e Santa Eudóxia, tendo uma freqüência total de 620 alunos.

Anos mais tarde é que ocorre a criação do segundo Grupo Escolar, denominado Eugênio Franco, no dia 26 de fevereiro de 1919. Em 1922 instala-se o Grupo Escolar Arlindo Bittencourt, no ano de 1934 instala-se o Grupo Escolar Bispo Dom Gastão e também o Grupo Escolar Professor Luiz Augusto de Oliveira.

Embora a instrução pública em São Carlos, estivesse bem disseminada, era alto o número de crianças em idade escolar que ficavam a margem das escolas. Isto equivale dizer que as Instituições de Ensino Estadual e Municipal não estavam correspondendo à demanda escolar.

O Almanaque de 1928 revela “*que a média anual de matrícula no Grupo Escolar Coronel Paulino Carlos no ano de 1905, girava em torno de 700 alunos. Ao passo que as escolas particulares de ensino ofereciam instrução a cerca de 1000 alunos. São Carlos pelas suas escolas estaduais, municipais e particulares, dava instrução a cerca de 4000 alunos (In: Almanach 1928)*”.

No ano de 1910 o Grupo Escolar Coronel Paulino Carlos, foi desdobrado passando a atender em dois períodos, na tentativa de acolher a todos os alunos matriculados. O almanaque de 1916 – 1917 ressalta que “*no ano de 1910 a matrícula que fora de 431 alunos elevou-se a 825, número que não tem abaixado, apesar das Escolas Modelos que instaladas em 1912, hoje funcionam com dez classes (In: Almanach 1916 – 1917)*.”

Nos documentos históricos do município tem-se registrado que desde a instalação do Grupo Escolar em questão, até 31 de agosto do ano de 1916, o número de alunos matriculados aumentou a 7.565, dos quais 3.782 são do sexo masculino e 3.783 correspondem ao sexo feminino.

O mesmo problema acontecia com o segundo Grupo Escolar – Eugênio Franco, que por falta de vagas, suas classes foram desdobradas funcionando com vinte e duas classes.

Em 1915 o quadro geral de instrução em São Carlos, foi o seguinte: alunos matriculados 934, eliminados 217. Existentes no fim do ano 717; analfabetos 218 de menos de 7 anos: 23, de 7 anos a 12 anos: 723, de mais de 12 anos: 178. Brasileiros 914; estrangeiros 20; filhos de pais brasileiros 403, idem de pais estrangeiros 581, donde a porcentagem de 56,8%; diplomados 28,13% homens e 15% mulheres; porcentagem geral de promoções 61,9%. (In: Almanach de 1916 - 1917)

Sendo que a despesa anual com o estabelecimento de ensino, segundo o Almanach de 1916 - 1917 é de 796.405.000 contos de réis, donde a educação de cada aluno no ano passado, custou ao Estado a quantia de 845.453 contos de réis.

Entretanto, ocorria um agravante problema no país: a escassez de professores habilitados a lecionar nos Grupos Escolares principalmente das cidades interioranas, pois existia somente uma única escola Normal, para a formação de professores, localizada na Praça da República em São Paulo, vigorando desde 1880. Esta se empenhava em formar todo o ano turmas de professores, “mas o exíguo número de formandos era absorvido pela Capital, sendo as escolas isoladas do interior providas por mestres improvisados, alguns de boa cultura, mas sem formação especializada. E muitas vezes, as câmaras municipais reclamavam da vacância prolongada de cadeiras de ensino pela falta de professores. (NEVES, 1957, p. 87)”.

Com a Reforma de Bernadino de Campos, o problema ganha atenção, e a alternativa para erradicar a falta de professores, é a abertura de outra Escola Normal localizada em Itapetininga, sendo ainda insuficiente em relação à demanda dos Grupos Escolares.

Então, como medida paliativa o Governo Estadual determina a criação de escolas complementares voltadas para a formação de professores preliminares, com a habilitação para ensinar as primeiras letras, desta forma haveria uma maior preparação intelectual aos professores preliminares, podendo aproximar-se mesmo que distante da formação humanística e propedêutica dos cursos normais.

Atentos a este problema o vereador, são-carlense, Affonso Botelho Sampaio, reivindicava obtendo êxito a instalação de uma dessas escolas complementares destinadas a formação de professores. No entanto há um fator político em questão: era o final do mandato dos Botelhos, e como forma de fazer uma campanha política em seu benefício apressa as obras da escola:

Com a desenvolvura política, que era a sua marca distintiva, procurou o secretário de Agricultura e Obras Públicas, Dr. Carlos Botelho antecipar-se aos fatos e, mesmo antes da promulgação de lei criadora da escola, determinou a construção do prédio destinado a ela, tornando a medida fato consumado. (NEVES, 1957, p. 87).

A pedra fundamental do estabelecimento foi festivamente assentada, no dia 2 de abril de 1908, nomeada como “*Escola Complementar Conde do Pinhal*”. Esteve presente o secretário de Agricultura e Obras Públicas, Dr. Carlos Botelho, e Gustavo de Godoy do Interior, com o discurso oficial de direito Dr. Octaviano Vieira.

O prédio contou com uma exuberante arquitetura, oito salas bem arejadas, salas de desenho, quarto para professores, e um majestoso salão nobre para conferências e exames.

Acreditava o vereador, Dr. Carlos Botelho, que vindo uma escola complementar São Carlos, iria estar mais próxima do progresso, como ressalta o Diário Oficial: “*A instalação de uma Escola Complementar, que sem, contestação, será uma dos sólidos alicerces do progresso de nossa ridente cidade um novo e pujante elemento de seu desenvolvimento.*”(“A Folha”,01/11/1973:caderno de Reminiscência/ São Carlos)

Decorrente do clima tenso das eleições entre os Botelhos versus Salles, o prédio

ficou desocupado durante muitos meses, e por outro lado, as campanhas eleitorais alimentavam a imprensa que não hesitou ao utilizar o assunto da Escolar Complementar para publicar artigos irônicos expressando a realidade política que se presenciava:

No vale tudo da campanha política, o assunto da Escola Complementar era apetitoso prato. O jornal *hermista e faustino*<sup>17</sup>, “*A cidade de São Carlos*”, lança irônico artigo, da pena brilhante de um jovem plumitivo que iria ganhar renome, Rubens do Amaral, fustigando a incapacidade do diretório republicano governista, apondando-o depreciativamente de “cacho de bananas. (NEVES, 1957, p.88)

O artigo acima faz a referência a provocações políticas direcionados ao senador Antonio de Pádua Salles que vencendo as eleições passaria a ocupar o cargo destituído do ex-secretário da Agricultura e Obras Públicas Carlos José Botelho. A crítica veemente pressionava o senador sallista a ativar o prédio da Escolar Complementar, no entanto os sallistas abespinharam-se ao serem chamados de “cachos de bananas” e:

Pressionaram o seu líder em São Paulo, que foi obrigado a providenciar rapidamente uma saída honrosa. Prometeu não mais uma simples e desimportante Escola Complementar, como queriam os faustinos, mas uma notável Escola Profissional, moderníssimos padrões, tal qual uma que ele conhecera em Buenos Aires. Regressando a São Paulo, obteve o senador-secretário a designação do professor João Lourenço Rodrigues, lente da Escola Normal da Praça, para vir a São Carlos e examinar o prédio da rua José Bonifácio para servir à futura Escola Profissional, “única no gênero no país”. (NEVES, 1957, p.88, grifo meu)

Neste caso, o artigo revela explicitamente a postura do novo governo em recusar-se a levar adiante uma obra começada no governo anterior, ainda mais sendo do seu maior adversário. Então instaurava-se no município outros entraves políticos, mas desta vez os botelhos se opunham em relação a implementação da Escola Profissional, pois segundo eles o ensino profissional não correspondia ao nível intelectual da cidade, assim como a cidade não estava preocupada em ensinar *sapateiros a bater sola* (NEVES, 1957, p.88).

A Escola Profissional realmente não correspondia a demanda da elite local, que em sua maioria, era formada por proprietários rurais ligados aos interesses da lavoura cafeeira, e ademais a indústria além de ser incipiente não era o foco da economia são-carlense, razão esta que fez o major José Ignácio de Camargo, nome de grande influência na família Salles, a se opor em relação ao ensino profissionalizante, e a exigir *a vinda da Escola Complementar, ou não contassem mais com o seu apoio para os candidatos do governo* (NEVES, 1957, p. 88)

Nesta época a maior surpresa para o município são-carlense, foi quando o professor lente da Escola Normal da Praça, João Lourenço Rodrigues, cogitou a idéia do diretório vir a pleitear a instalação de uma das três Escolas Normal Secundária, criadas em lei nº 88 de 8 de setembro de 1892, e apenas uma instalada em Itapetininga, seria como se município ocupasse uma das vagas oferecidas pela Lei.

É claro que tal idéia não teve a aprovação do diretório por dois motivos: o primeiro, de entrave político por não querer levar adiante, uma obra que agradaria, sobretudo os Botelhos, e o outro o medo de não conseguir pleitear o projeto de uma Escola Normal<sup>18</sup>. A

solução encontrada pelo professor João Lourenço, foi mobilizar a população, alertando para a importância da instalação de uma Escola Normal Secundária<sup>19</sup> em São Carlos:

Diante do ceticismo dos políticos sallistas, que não viam como pleitear o mais, quando se lhes negava o menos, recorreu João Lourenço ao seu amigo, o influente jornalista, Manoel de Mattos Azevedo, sugerindo-lhes encabeçar um abaixo-assinado popular, solicitando a medida. (NEVES, 1957, p. 88)

Obtendo-se êxito no abaixo-assinado os sallista, não tiveram outra escapatória a não ser, superar as rinchas e o medo de pleitear à vinda de uma Escola Normal em São Carlos, cuja lei orçamentária de 30 de dezembro de 1910, destinava as verbas necessárias para a construção do edifício.

Inicialmente a Escola foi instalada no Grupo Escolar Eugênio Franco e teve sua permanência datada no período de 22 de março de 1911 (data que marca a aula inaugural do Curso) até aproximadamente setembro de 1913 (ano este em que ocorre a mudança de prédio).

Com o passar do tempo, a escola começa a comportar o excedente à sua demanda na medida em que a cidade acolhe além de alunos natos alunos da região. Acrescentando-se a esse cenário a necessidade de construção de um prédio que honrasse a sua importância cultural, já que o presente estava com um espaço físico insuficiente em relação ao seu prestígio intelectual.

A arquitetura do novo edifício<sup>20</sup> refletia a efervescência cultural, oriunda das oligarquias cafeiras<sup>21</sup>, cujos interesses educacionais voltavam-se na formação dos sucessores fazendeiros cafeicultores, e na formação de suas futuras esposas instruídas na educação moral, cristã e intelectual, logo São Paulo: o grande centro irradiador de cultura e de prosperidade econômica e política passava a ser a cidade modelo para São Carlos.

O prédio esbanjou a riqueza de detalhes dos estilos art-nouveau e neoclássico, segundo BUFFA & NOSELLA (2002):

No edifício da Escola Normal de São Carlos, concretizam-se o espírito daquela sociedade e sua concepção de saber e poder. Pode-se afirmar que o estilo eclético do prédio, mesclando neoclássico e art-nouveau, representa uma síntese conservadora entre os elementos da sociedade cafeeira. (NOSELLA & BUFFA, 2002, p.42)

O edifício apresentava suas nobres partes, acompanhadas de um hall de entrada que dividia a escola em dois simétricos saguões clássicos, salas de diretoria e da congregação, laboratórios luxuosos, amplas salas de aula, um magnífico anfiteatro propagando apresentações literárias e artísticas, e uma vasta Biblioteca<sup>22</sup>, começando com aproximadamente 4.000 livros dos variados gêneros sobre literatura européia, métodos e processo de ensino, astronomia e ciências exatas.

O acesso à Escola Normal, era em sua maioria a elite cafeeira, já que dispunha de certo grau de prestígio financeiro além de condições intelectuais mais aprofundadas, pois o ingresso na escola era determinado pelo difícil exame de suficiência. No primeiro Exame matricularam-se 144 candidatos, sendo 110 mulheres e 34 homens, foram aprovados somente 42 mulheres e 20 homens.

Os mestres dispunham de um perfil acadêmico fundamentados no saber humanístico e propedêutico. Eram nomeados lentes<sup>23</sup> aqueles professores que lecionavam em matérias nobres ciências, letras e línguas, enquanto eram chamados apenas de professores os que ensinavam matérias auxiliares, desenho, música, ginástica e trabalhos manuais;

O primeiro corpo docente constitui uma verdadeira seleção de valores, com nomes escolhidos entre o que tinha de melhor a intelectualidade paulista. Dele fazia parte, além dos acima citados, o Dr. Francisco Zoelo de Oliveira Penteado (Geometria e Trigonometria), Arthur Raggio Nóbrega (Português, Latim e Literatura), Theodoro Jerônimo Rodrigues de Moraes (Geografia e Astronomia), Antonio Firmino de Proença (Métodos e Processos de Ensino), Dr. Carlos da Silveira (Psicologia Experimental), João Augusto de Toledo (Pedagogia e Educação Cívica) Sebastião Paulo de Toledo Pontes (Física e Química), Theodorico Leite de Almeida Camargo (Inglês) Dr. Dagoberto Salles (Historia Natural, Higiene e Zoologia). (NEVES, 1957, p.89)

Pelo extenso corpo docente e o caráter das disciplinas, tem-se que a preocupação master da escola voltava-se em uma cultura letrada altamente intelectual, enfatizando a educação humanística, razão esta que a fez ser reconhecida *como uma verdadeira precursora das Faculdades de Filosofia* (NEVES, 1957).

Ao lado da Escola Normal, havia a existência de um Colégio de freiras fundado em 1º de fevereiro do ano de 1905<sup>24</sup>, sendo transferido para um prédio que comportasse seu prestígio intelectual, na data de 29 de dezembro de 1913.

Era um colégio voltado para “*educação feminina* assentada nos valores moral e cristão, *procurado pelas filhas das famílias mais ricas da cidade e da região*” (NOSELLA & BUFFA, 2002).

Comportava capacidade para 400 alunas internas e externas matriculadas em cada um dos dois cursos que o colégio oferecia: um ensino colegial voltada para as educandas, e um outro voltado para as normalistas, cujo funcionamento era uma espécie de reforço dos conteúdos ensinados na Escola Normal.

É interessante ater-se ao fato da localização entre estas duas escolas, distantes apenas uma quadra uma da outra. Nos anais da história encontra-se que a proximidade entre ambas representa uma integridade cultural entre duas instituições de caráter administrativo distinto: uma particular e a outra pública,

Essa formação inicial dada às moças encontraria seu mais natural e compelto prosseguimento no curso oferecido pela Escola Normal Secundária de São Carlos. Ainda que do ponto de vista administrativo-legal o Colégio São Carlos e a Escola Normal, fossem duas instituições autônomas, do ponto de vista histórico- social, consta-se uma profunda organicidade entre elas, em sua gênese (são os mesmos atores políticos que determinam a criação dessas escolas) em sua arquitetura e localização ( prédios majestosos, bem localizados e próximos um do outro), em seus objetivos e métodos educacionais e, sobretudo, em sua clientela. A primeira turma do Colégio das freiras formou-se em 1910 e a Escola Normal inicia suas atividades em 1911. Seria coincidência? Note-se que as formandas do Colégio prestaram os exames de suficiência para a escola Normal. O depoimento que nos foi dado Por D. Cleonice

Camargo, formanda da terceira turma (1916) da Escola Normal, confirma a hipótese da imbricação dessas duas escolas, ao afirmar que o Colégio das freiras, era na verdade, o “melhor cursinho” para se ter êxito nos exames de suficiência da Escola Normal (...). (NOSELLA & BUFFA, 2002, p.33, grifos meu.)

Quer isto dizer que a organicidade entre as duas Instituições atendem aos interesses intelectuais da elite cafeeira preocupadas com a educação de suas filhas, já que a particular foca o ensino na educação social e cristã da mulher, enquanto que a pública enfatiza uma formação propedêutica.

Após a instalação da Escola Normal, o clima cultural são-carlense, assistia ao progresso intelectual. Aumentaram os números de publicações literárias principalmente após a transferência para o majestoso edifício. Não se tem ao certo uma precisão na data, mas aproximadamente em 28 de julho de 1917 ou 1918, inicia-se dentro da Escola Normal uma “Sociedade de Estudos e Conferências” com caráter educativo. Objetivando a disseminação da cultura científica, literária e artística, segundo seus idealizadores, o progresso de São Carlos, não podia deixar de lado a espiritualização da vida humana nas mais nobres e desinteressadas manifestações: Ciência e a Arte.

A sociedade era formada pelo corpo docente e administrativo da Escola, e também aberta às pessoas alheias que tivessem interesse em estudar a ciência, arte e literatura, desde que fossem indicadas pelos membros da Sociedade e aprovadas pelo Conselho fiscal.

Os encontros ocorriam por meio:

- a) Das reuniões ordinárias de estudo, efetuando-se em menor solenidade e em qualquer época, na onde serão apresentados os trabalhos e debatidos.
- b) Dos saraus ordinários desenvolvendo teses organizadas pela Diretoria, de assuntos de grande importância de modo que nos seis saraus ordinários anuais possam ser elucidadas questões de interesse geral.
- c) Dos saraus extraordinários reuniões com grande caráter festivo, podendo ser ou não solene, voltados para uma conferência literária, artística e também científica ou então, para qualquer realização cultural. (In: Almanaque 1916 – 1917)

Desde o período de sua criação, (que não se tem ao certo se foi em 1917 ou 1918), a Sociedade já realizou um sarau extraordinário, na festa inaugural e três reuniões de estudo para a leitura do trabalho de um dos associados e referentes à História da Instrução e da Educação no Brasil, desde a descoberta até o século XX.

A fase áurea de irradiação cultural da Escola Normal ocorreu no período das décadas de 20 a 40.

São Carlos com tantos progressos: econômicos, (relacionados com os rentáveis lucros obtidos na exportação do café) culturais (sobretudo com a instalação da Escola Normal) e sociais (melhoria nas condições sanitárias, residenciais, maior acesso a expressões artísticas) passou a influenciar uma ampla região oeste do Estado abrindo caminhos entre as fronteiras de Minas e Mato Grosso, razão esta que a fez ganhar de Campinas o cognome de “Princesa do Oeste”, que posteriormente passou para “Athenas Paulista”.

Indubitavelmente que a antiga Escola Normal, colocou São Carlos, conforme proferia o discurso do presidente do Estado em exercício, Dr. Altino Arantes Marques “*como principal centro irradiador de cultura no interior do Estado*”. (NEVES, 1957, p.91)

A Antiga Escola Normal torna-se durante a República Velha em um grande centro de divulgação dos ideais Republicanos, o que a transforma em uma fonte de inúmeras temáticas de pesquisa por meio de seu acervo bibliográfico e documental. Silva (2007, p.28) ao explorar a revista *Excelsior!*, que iniciou suas publicações em 1911, foi o primeiro periódico publicado pela escola: “criada com o objetivo de estreitar o vínculo dos alunos com a sociedade, era uma revista literária e pedagógica composta por textos de alunas, alunos, professores (responsáveis pela seleção e revisão dos artigos) e colaboradores.” A produção desse periódico alia-se outro “Revista da Escola Normal de São Carlos” (1916-1923), produzido sob responsabilidade dos docentes da escola. Ambos os periódicos trazem em suas páginas transcritas nos embates pedagógicos a história da circulação das idéias pedagógicas da República. Encontramos desde a defesa do ensino intuitivo as primeiras discussões da entrada dos preceitos oriundos da Escola Nova.

Esta escola reflete no interior de seu cotidiano pedagógico não somente as lutas políticas travadas para a implantação das Escolas Normais e dos Grupos Escolares, mas também e primordialmente o conjunto de ideários que permeou a educação durante a República Velha no Brasil. Nosso objetivo nesse artigo foi apenas iniciar a discussão situando a Antiga Escola Normal no movimento mais amplo da educação brasileira, mas esta pesquisa ainda irá além buscando nos documentos que registram o cotidiano escolar desvelar e apreender aquilo que não é visível em um primeiro momento. Apresentar o singular, o particular compreendendo-o dentro do contexto histórico, cultural e social do Brasil republicano.

#### Referências Bibliográficas:

- Almanach Álbum de São Carlos 1916 – 1917**, São Carlos, Tipografia Artística.
- Almanach Álbum São Carlos na esteira do tempo 1884 – 1934**. Organizador: Ary Pinto das Neves. (1957) Edição Comemorativa dos 150 anos da cidade de São Carlos.
- Almanach Anuário de São Carlos -1905**
- Almanach Anuário São Carlos -1915**. Organizador Sebastião Camargo. São Carlos, TYP, Joaquim Augusto.
- Almanach Anuário São Carlos -1928**. Organizador José Ferraz de Camargo, São Carlos.
- BUFFA, E. (2007) – Os Estudos sobre Instituições Escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas.- in SAVIANI, D; LOMBARDI J. C. & SANDANO, W. (org.) (2007) – **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica** – Campinas: Editora Autores Associados: HISTEDBR – páginas 151-164.
- LE GOFF, J. (1994) – História do Cotidiano – in ARIÈS, P.; DUBY, G. & LE GOFF, J. (1994) – **História e Nova História** – Lisboa: Editorial Toremã.
- NAGLE, J (1974) – **Educação e Sociedade na Primeira República** – São Paulo, EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar.
- NORONHA, O. M. (2007) – Historiografia das Instituições Escolares: Contribuição ao debate metodológico.- in SAVIANI, D; LOMBARDI J. C. & SANDANO, W. (org.) (2007) – **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica** – Campinas: Editora Autores Associados: HISTEDBR – páginas 165-176.

NOSELLA, P. & BUFFA, E (2002) - **Schola Mater. A antiga Escola Normal de São Carlos, 1911 – 1933** – primeira reimpressão. São Carlos, EDUFSCar/FAPESP.

REIS FILHO, C dos (1995) – **A educação e a ilusão liberal** – São Paulo, Cortez/ Autores Associados.

SAVIANI, D (2007) – **História das idéias pedagógicas no Brasil** – São Paulo, Autores Associados.

SILVA, E. C. da (2007) – **O Professor Ideal em Excelsior! (1911-1916): A Revista da Escola Normal de São Carlos.** – São Carlos: Rima.

SOUZA, R. F. de (1998) – **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910)** – São Paulo: Fundação Editora da Unesp.

TRUZZI, Oswaldo. (2000) – **Café e Indústria: São Carlos: 1850 – 1950** – São Carlos: EdUFSCar.

VAINFAS, R. (2002) – **Micro-História: Os Protagonistas anônimos da História** - Rio de Janeiro: Campus.

Endereço eletrônico:

<http://www.saocarlos.sp.gov.br/> . Acesso em: 09 mar de 2007.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa conta com financiamento da FAPESP e faz parte do Projeto de Pesquisa coordenado por Alessandra Arce intitulado: “A idéias Pedagógicas em movimento na Formação de Professores na Escola Estadual Dr. Álvaro (1930-1969): uma análise de seu acervo bibliográfico e documental”

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da UNESP campus de Araraquara.

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa “História, Educação e Trabalho” filiado ao grupo de pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil- HISTEBR- nacional.

<sup>4</sup> O projeto de pesquisa maior do qual esse texto é fruto intitula-se “As Idéias Pedagógicas em Movimento na Formação de Professores na Escola Estadual Dr. Álvaro Guião (1930-1969): uma análise de seu acervo bibliográfico e documental” que possui financiamento da FAPESP. É em seu interior que articula-se essa pesquisa que aqui apresentamos intitulada: *A Escola Normal e a formação da elite intelectual da cidade de São Carlos (1911 – 1930): um estudo dos valores republicanos da época*, que também possui financiamento da FAPESP. A origem do interesse por estudar essa instituição advém de nosso envolvimento a cerca de dois anos com o projeto de extensão “Recuperação, conservação e organização do acervo documental e bibliográfico da Escola Estadual Álvaro Guião”. Este trabalho de extensão é realizado em parceria com a Unidade de Educação, Informação e Memória do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar, e com a direção da Escola Álvaro Guião de São Carlos, tombada pelo patrimônio nacional. Objetiva-se com esse esforço conjunto recuperar, conservar e organizar seu acervo documental e bibliográfico da Antiga Escola Normal de São Carlos.

<sup>5</sup> Inicialmente, a atual cidade de São Carlos fora nomeada como Sesmaria do Pinhal, devido a vasta quantidade de araucárias no município assim como a grande influência que esta fazenda teve no povoamento e fundação da cidade.

<sup>6</sup> Nos registros históricos da cidade encontra-se que o primeiro morador a habitar este nascente povoamento foi o cidadão Pedro José Netto, que segundo “A Tribuna” (23 de março de 1983), apareceu em meados de 1790, sendo um foragido da justiça que mais tarde fundou Araraquara.

<sup>7</sup> A construção da capela na Sesmaria do Pinhal, segundo documentos históricos da época (almanaques e jornais) marca efetivamente o nascimento da cidade de São Carlos, cuja família Arruda Botelho se encontra como um dos mais ilustres nomes na história da fundação da cidade, conforme relata o Diário Oficial “*Tendo sido também os Botelhos os fundadores desta linda terra (...)*”. O nome São Carlos do Pinhal passa a ser simplificado para São Carlos, por meio da lei estadual datada de 1890.

<sup>8</sup> Segundo NEVES (1957) a política local, consistia na luta entre as duas renomadas famílias de proprietários rurais: Campos Salles versus Arruda Botelho, cujas famílias alternaram-se no poder até a revolução de 1930. Devido as suas rivalidades políticas, o humor sarcástico do povo atribuiu aos dois grupos apelidos depreciativos: “*os botelhistas detestavam a alcunha de “faustinos” tirada de um tal Faustino, bronco policial, vindo do Nordeste, que diziam roncador de papo, mas de pouco tutano; os sallistas eram apodados de !bicheiros”, porque tinham o apoio unânime dos bancadores do “jogo de bicho da praça”*” (NEVES, 1957, p. 23)

<sup>9</sup> Em decorrência dos 150 anos da cidade de São Carlos, a UFSCar no ano de 2007, por meio de sua editora ((EdUFSCar), com a Prefeitura Municipal de São Carlos e a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, publicaram uma coleção comemorativa em homenagem à cidade intitulada como “Coleção Nossa História”. A coleção é composta por seis Almanagues, entre eles encontra-se o “Almanach Álbum Comemorativo do Centenário da Ferrovia (1884 – 1984)” o qual caracteriza-se por conter informações históricas sobre o Município de São Carlos, assim como um álbum contendo ilustrações sobre vários pontos geográficos da cidade.

<sup>10</sup> Não se deve excluir que no período de 1887, a cidade recebia os primeiros imigrantes que muito contribuíram para a expansão urbana, no entanto não foram encontrados a porcentagem dos números de imigrantes que São Carlos, recebeu.

<sup>11</sup> As teses de Rangel Pestana tiveram grande influência na elaboração do relatório que regulamentou a Reforma de Caetano de Campos.

<sup>12</sup> É importante ater-se ao fato de que existiam também algumas Escolas – Modelos, aleatórias às Escolas Normais, ou seja, não necessariamente as Escolas – Modelos dependiam das Escolas Normais.

<sup>13</sup> O método intuitivo nasceu na Alemanha no final do século XVIII, iniciado por Basedow, e principalmente Pestalozzi. Foi consubstanciado nas idéias de filósofos e pedagogos como o cientificismo empírico de Bacon e Locke, Rousseau, Froebel entre outros.

<sup>14</sup> Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, apud ROSA, 1998, p. 46.

<sup>15</sup> Vale mencionar que devido à falta de investimentos financeiros necessários do Governo na aquisição de matérias pedagógicas que exigiam o método tornava-se difícil a homogeneidade do método intuitivo, o que acabou coincidindo com a descentralização do ensino, expressa na ausência de um sistema nacional de educação. “Sem poder contar com materiais necessários e com a devida preparação dos professores, o entusiasmo, o dinamismo e o vigor depositado nas lições de coisas vicejaram esmorecidos antes os livros de leitura, o quadro negro e a palavra do professor” ressalta ROSA (1998, p169), logo coexistiam os esforços de concretizar as renovações do ensino com os antigos métodos de ensino.

<sup>16</sup> Comparado com as Escolas Isoladas os Grupos Escolares, recebiam um alto investimento financeiro, não sendo sobretudo suficiente na aplicação do método.

<sup>17</sup> A explicação para estes apelidos referem-se aos melindres entre os políticos conservadores da família Botelho versus os políticos republicanos da família Salles, que alternaram-se na política local do município de São Carlos, até aproximadamente a República Nova. Ambas as famílias eram proprietárias rurais, que reuniam em torna delas a larga parentela, o numeroso compadrio e o apoio dos fazendeiros menores, correligionários e aderentes. Segundo NEVES (1957, p. 23) “O espírito de humor sarcástico do povo miúdo atribui aos dois grupos apelidos depreciativos. Os botelhistas detestavam a alcunha de “faustinos”, tirada de

---

um tal Faustino, bronco policial, vindo do Nordeste, que diziam roncador de papo, mas de pouco tutano; os sallistas eram apodados de “bicheiros”, porque tinham o apoio unânime dos bancadores do “jogo de bicho” da praça.”

<sup>18</sup> Esta segunda revela o tamanho da importância do projeto de criação de uma Escola Normal, e mostra também o grau de prestígio que esbanjava os cursos normais.

<sup>19</sup> O título Escola Normal Secundária revela que a formação era destinada aos professores dos grupos escolares e também para as demais escolas de formação de professores, diferentemente da finalidade das Escolas Complementares.

<sup>20</sup> A inauguração do novo prédio ocorreu em festa solene ao dia 18 de setembro de 1913, com a presença do padre ,D. José Marcondes,abençoando a pedra fundamental, os paraninfos Dr. Octaviano da Costa Vieira e o major José Ignácio de Camargo Penteado. “À noite, no Hotel Accácio, ocorreu um banquete de 60 talheres oferecido pela Câmara ao Dr. Altino Arantes e no Club Concórdia, luxuoso baile, promovido pelo Grêmio Normalista 22 de Março (NEVES, 1957, p. 90)”.

<sup>21</sup> Não por caso a sua localização na parte central da cidade, ou como ressalta NEVES (1957) “*no alto da colina*”.

<sup>22</sup> A preciosa riqueza cultural desta biblioteca também estava aberta à comunidade. No **Correio de São Carlos** (23 de julho de 1918) é encontrado o total de livros emprestados durante o mês de junho, juntamente com o resumo da movimentação interna da Biblioteca. Durante o mês de junho de 1918, foram consultados e emprestados 198 livros dos mais variados gêneros, incluindo desde dicionários até obras de Literatura Clássica e Ciências Exatas, cuja média de consultas por dia chega a 24.

<sup>23</sup> E somente a estes era designado o cargo vitalício e a participação da Congregação – coordenação pedagógica da Escola.

<sup>24</sup> A iniciativa ocorreu a partir da chegada das duas primeiras freiras religiosas do Santíssimo Sacramento, Madres Saint – Bernard e Saint- Odilen, mais o apoio de Dona Maria Jacyntha de Meira Freire, uma defensora pela Educação, que se não fossem seus esforços o prédio não teria o formato dos dias atuais. “D. Maria Jacyntha de Meira Freire, a boa e estimada D. Nhála, como era vulgarmente conhecida, não descansou, enquanto não viu interessados na fundação do colégio, que se projetava os cuidados e atenções dos seus parentes, amigos e conhecidos (...)” (Octaviano Vieira – “O Collegio S. Carlos – 1914 – pg. 8 In: NEVES, 1957, p.86)

Artigo recebido em: 16/03/2009

Aprovado para publicação em: 15/05/2009